

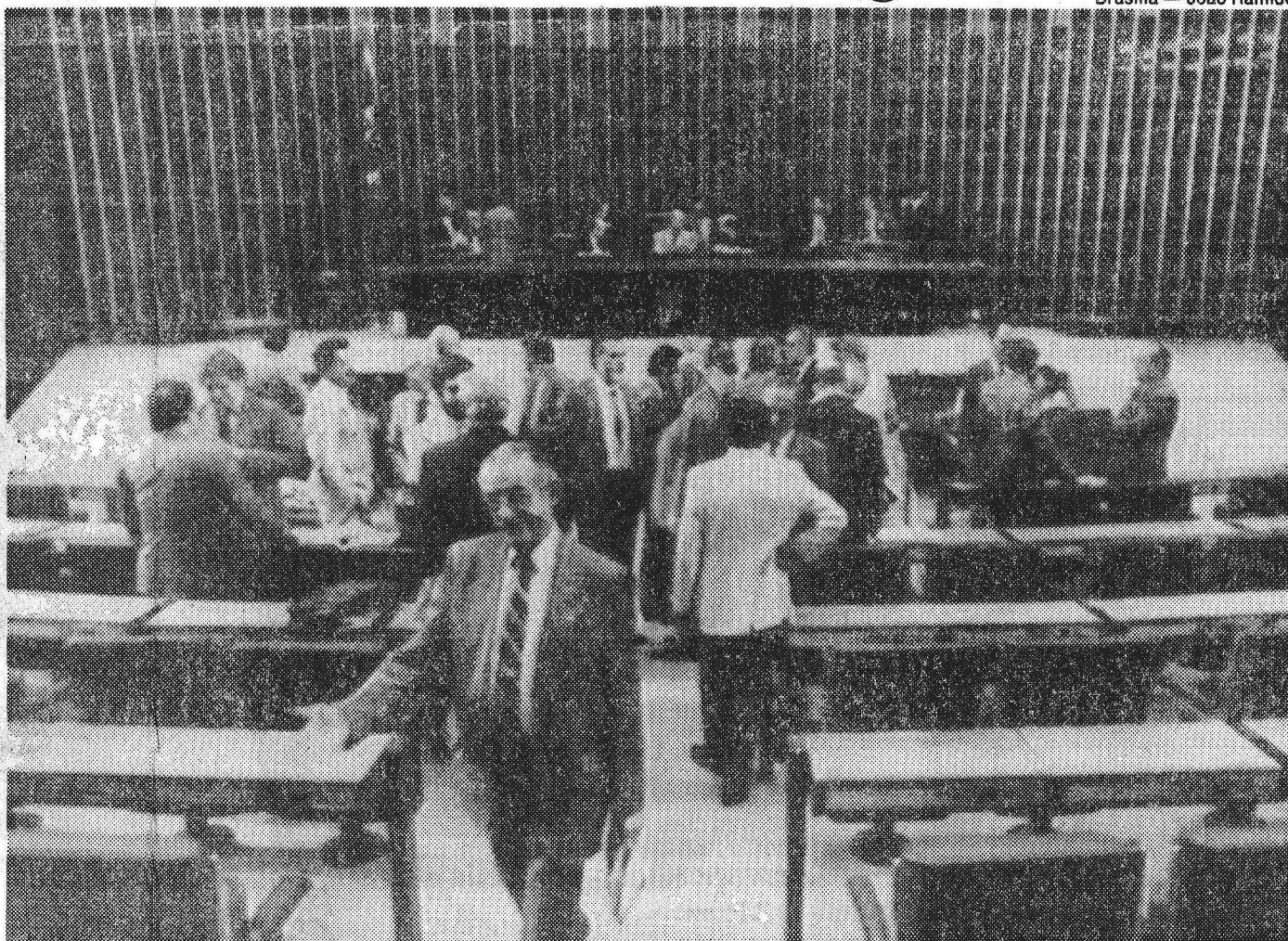
# Nélson cede e vai reunir Senado segunda-feira

Brasília — João Ramide

BRASÍLIA — Está interrompido o recesso do Senado, que já na segunda-feira, às 14h30, deverá iniciar a votação dos projetos de lei salarial, da lei anti-sequestro, do Código de Defesa do Consumidor e do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência. A decisão foi tomada no início da noite de ontem, depois de muitas reuniões e uma tensa sessão do Congresso, que adiou para a tarde da terça-feira a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A retomada dos trabalhos do Senado foi decidida em reunião da Mesa, na qual o presidente do Congresso, Nélson Carneiro (PMDB-RJ) absteve-se de votar.

A entrega da decisão à Mesa foi a alternativa que Nélson encontrou para não assumir a convocação do Senado, com a qual não concordava. Os líderes dos partidos de oposição pressionaram Nélson, argumentando que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) — que determinou o funcionamento normal do Congresso até a votação da LDO — estendia-se à Câmara e ao Senado. Essa tese acabou prevalecendo, com base na interpretação do artigo 44 da Constituição, que diz: “O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”. A Câmara também funcionará normalmente na segunda-feira.

À sessão do Congresso ontem à tarde, convocada apenas para votação da LDO, compareceram 128 deputados e 13 senadores. Todo o tempo foi gasto em discussões sobre a convocação, também, da Câmara e do Senado e comentário sobre a ação do STF, que anulou o recesso do Congresso determinado por Nélson. Os três originais do projeto da LDO, enviados na terça-feira ao Palácio do Planalto, foram devolvidas ao Congresso quando faltava apenas meia hora para o início da sessão. A devolução foi feita pelo presidente da República em exercício, Itamar Franco,



*Com o plenário vazio, a sessão do Congresso foi um longo bate-boca entre parlamentares*

que só recebeu o pedido de Nélson Carneiro por volta do meio-dia.

**Resistência** — Nélson Carneiro chegou a Brasília depois das 11h. Antes de deixar o Rio, deu entrevista a uma emissora de televisão, reafirmando a disposição de não convocar o Senado. “Não vou convocar Senado. A liminar do Supremo vale só para a votação da LDO no Congresso. Esta lei salarial é um esbulho para os trabalhadores e nem adianta aprovar, porque o presidente Collor já decidiu que vai vetar”, disse. Suas declarações irritaram parlamentares. O deputado Fernando Lyra (PDT-PE) foi ao microfone para questionar a atitude de Nélson.

Quando chegou a seu gabinete no Senado, Nélson encontrou à sua espe-

ra, além de vários senadores, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, um dos que exigiam a convocação do Senado para que a lei salarial seja votada. “Você tem que convocar o Senado, não tem como deixar de fazê-lo. Tem uma pressão muito forte da própria sociedade. Todo mundo quer ver a lei salarial votada. Você não pode ir contra fatos tão importantes. Além do mais, esse projeto é do PMDB e o partido não pode ficar contra ele”, argumentou Ulysses.

O presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), embora tenha sido o primeiro a declarar o recesso, endossou a argumentação de Ulysses e informou que já determinar a convocação dos deputados para a

sessão de segunda-feira. Nélson resistia aos apelos e contra-argumentava que de nada adiantaria a aprovação da lei salarial, já que o presidente Fernando Collor deve vetar o projeto. Somente no final da reunião, ele admitiu deixar a decisão para a Mesa, antecipando que iria se abster de votar.

No plenário, ele deixou de responder às inúmeras questões de ordem que lhe foram feitas sobre o assunto. Ao final da sessão, convocou apenas o Congresso para a terça-feira, às 14h30. Cerca de duas horas depois, vencido pela decisão da Mesa, convocou o Senado para a segunda-feira, às 14h30m. O primeiro item da pauta de votação deverá ser a lei salarial, que tem pedido de urgência urgentíssima.